## Helena Osswald

A educação da fé no Porto do século XVII através dos inventários das igrejas paroquiais

### 225

# A educação da fé no Porto do século XVII através dos inventários das igrejas paroquiais

Por Helena Osswald

A sistematização das verdades da fé, que a longa discussão do século XVI tinha imposto em resposta às formas vivenciais de fé do período anterior, fez proliferar certo tipo de literatura e de catequese, que mostrou uma longevidade certamente insuspeita a quem a inventou. A doutrina aprende-se por sermão, pelas aulas de catequese no final da missa conventual, pelas estações, pelos catecismos ou folhinhas, mas também através dos actos litúrgicos. O movimento foi oficialmente declarado em Trento e encaminhado através das Constituições Sinodais para a vida das paróquias. Os conteúdos doutrinais, mas também as fórmulas e os gestos, são fixados em inúmeros textos que é necessário fazer conhecer e tornar património de todos.

Neste trabalho pretende-se averiguar da forma como se cumpriram alguns dos preceitos inscritos nas directrizes sinodais, em especial no que respeita aos elementos materiais que deveriam possibilitar a ligação entre os elementos do cerimonial e a vida interior de presbíteros e fregueses e a concretização da pastoral dos sacramentos. Tudo isto em relação apenas a algumas das paróquias, aquelas que geograficamente se encontravam mais próximas do bispo, no espaço do actual concelho do Porto. Trata-se de explorar um tipo de fontes, os inventários das peças existentes nas igrejas, para tentar desenhar os contornos de aplicação de uma pastoral proclamada em textos doutrinais como os manuais de confessores, os catecismos, as cartas pastorais e as próprias Constituições e alvo de tantas insistências no capítulo da parenética e da formação das consciências.

As Constituições utilizadas são as de D. João de Souza de 1687 (Souza, 1690)<sup>1</sup>. Os inventários foram recolhidos dos livros de registo paroquial das diferentes freguesias. A prática de fazer inventário das peças de prata, livros, ornamentos e móveis, estabelecida nas Constituições como obrigatória, devia ser levada a cabo pelo pároco diante de testemunhas. O inventário era inscrito em livro da igreja e os visitadores deveriam controlar a sua feitura. As Constituições prevêem o modo de descrever as várias peças. Os livros que serviram para inscrever estes inventários, nas freguesias da cidade e arredores, foram, um tanto indiscriminadamente, os vários livros de assentos de óbitos, baptismos e casamentos. A periodicidade (Quadro 1.) com que se fizeram os inventários não parece obedecer a nenhuma regra, se bem que, segundo as Constituições, tal devesse acontecer sempre que um novo pároco tomava conta da freguesia. Mas o período entre os anos trinta e quarenta do século XVII foi relativamente fértil no arrolamento das peças das igrejas paroquiais.

Citadas ao longo do texto como CS., com indicação do livro, título e constituição. Estas constituições, apesar de tardias em relação ao período aqui estudado, desenvolvem aspectos já indicados nas de Frei Marcos de Lisboa, 1585 e parecem por isso preferíveis, já que confirmam tendências.

Como se torna também claro da leitura do Quadro 1. em algumas igrejas paroquiais não restaram nos livros do registo paroquial quaisquer indícios desta prática de inventariar.

Quadro 1 - Inventários das peças das paróquias do Porto

Freguesia	Datas	Fonte
Campanhã	1618, 1623,1637,1639,1640,1643	M1,f1.l01-103V
Cedofeita	1631	Ml,últ.folhas
Vitória	1593, 1603, 1623	Ml,fl.181v-183;187
Lordelo	1591, 1603, 1606, 1643	M1, fl.1;198v.;210v-211;212v.
Sto. Ildefonso	1638, 1639, 1640	M1,f1.2-3
S. Nicolau	-	
Sé	1579-1598	publicado em MIBPMP,2ªs.,1984
Massarelos	-	
Miragaia	-	
Paranhos	1594, 1682	Ml, fl.240; M2, fl.270-270v.
Ramalde	1630/31, 1633/34, 1637, 1642/43,	Ml, fl.326, 329, 330, 333
	1670,1706	Ml,fl. 375-375v.
Aldoar	-	
Nevogilde	1700?	M1,f1.172
Foz	1646	Ml,fL149v-151v

O caso da Sé é um caso especial. Os inventários publicados demonstram não só na amplitude dos textos, mas também na riqueza do conteúdo a importância dos bens da igreja catedral e dos seus administradores. As questões relativas à, por vezes, propositadamente considerada débil fronteira entre o património comum da igreja e o particular de cónegos ou bispos, implicaram inventários complexos. Mereceram cuidados especiais e, por isso, também suporte próprio. Nos restantes casos não é fácil explicar as ausências de inventários nos livros do registo de assentos da paróquia. Em Aldoar, da apresentação de Leça do Bailio, muito provavelmente é no arquivo da baliagem que se guardavam os registos dos inventários. Em S. Nicolau, Miragaia, Massarelos, paróquias da cidade, é possível que os inventários tenham sido inscritos nos primeiros cadernos de livros que hoje faltam. Na Foz, paróquia onde os monges beneditinos de Sto. Tirso exercem funções, os inventários das peças da igreja matriz também não constam dos livros do registo paroquial. Constam sim os inventários das peças pertencentes às diferentes ermidas e capelas da freguesia: Lapa, S. Sebastião e Sta. Anastásia.

O facto de existirem normas relativas aos aspectos mais formais do acto de inventariar, de os visitadores não só terem como obrigação o zelar pela feitura dos mesmos, mas ainda de exercerem um controlo sobre a existência ou não das peças consideradas como essenciais ao culto, focaliza a atenção dos que procediam à inventariação para determinados aspectos e limita a estruturação interna do instrumento produzido. Ou seja, em termos de eficácia, há como que um padrão subjacente ao documento, que garante os objectivos com que

227

era feito. Torna-se também evidente que destas circunstâncias decorrem algumas limitações do documento enquanto fonte que permita obter uma aproximação à realidade material das igrejas paroquiais de então. Porque as normas são omissas relativamente a elementos que se poderiam considerar como essenciais, e desse modo banais, os mesmos não aparecem descritos nos inventários. A hipótese da sua banalidade não se pode pois verificar através deste tipo de documento. Em alguns casos o zelo e a capacidade descritiva e anotadora do encarregado pelo inventário ultrapassam claramente os textos normativos e permitem uma espreitadela aos interiores das igrejas e sacristias que, de um outro modo, ficam vedados. Os inventários das peças das igrejas, pertencentes aos fregueses, à fábrica da igreja, não individualizam nem descrevem os aspectos materiais das igrejas senão em parte. As confrarias, as entidades com direitos de apresentação, os grupos informais de devotos em torno de certos altares ou imagens, surgem também na época como detentores e responsáveis por parte da cultura material das igrejas. Resultando ou não do comportamento imposto aos párocos, alguns destes grupos fizeram também os seus inventários. Alguns foram inscritos nos mesmos livros do registo paroquial, controlados pelos visitadores. Do confronto das peças pertencentes a uns e outros é possível tentar avaliar os investimentos levados a cabo por associações de leigos e igreja hierárquica, e compreender um pouco até que ponto, através das alfaias religiosas, se estabeleceram ligações entre a piedade popular e a liturgia num período em que tanto está em jogo neste capítulo. As razões de ordem geral que levam a fazer inventários estribam-se em questões práticas de definição, gestão e limitação da delapidação da propriedade, por perdas, furtos ou falta de cuidado. Há um património comum, que serve uma comunidade de fiéis, que se vai substituindo ao longo das gerações. Parte da longevidade deste património é bem maior que a dos homens. Para o serviço de Deus e dos homens a Igreja propunha determinados níveis de qualidade, limpeza e grau de perfectibilidade dos artefactos necessários ao culto (cf. Constituições Sinodais e os Rituais e Cerimoniais). As informações sobre estes aspectos, que os inventários facultam, permitem aferir da vontade e capacidade em cumprir as normas, mas também reconhecer em torno de que aspectos se desenvolviam maiores sensibilidades. Há questões que sobressaem pela frequência com que em cada inventário e na totalidade são mencionadas certas peças.

Os inventários parecem articular-se em torno de três núcleos de bens: os livros, a paramentaria e os restantes instrumentos de realização dos rituais e ou de veneração do divino e de ornamentação do espaço e tempo ritual. Não surgem, as mais das vezes, ordenados nem segundo esta lógica nem segundo as normas constitucionais. Mas fazem lembrar vagamente as mesmas. Como as normas tratam em título próprio as alfaias de prata ou outros metais, exigindo indicações rigorosas quanto ao peso e valor, alguns inventários fazem eco disso. Mas não cumprem rigorosamente o estabelecido. Por outro lado, em aspectos em que as normas sinodais só indicam vagamente caminhos, os inventários são bastante precisos.

Segundo as normas constitucionais, qualquer templo onde se dissesse missa e administrassem os sacramentos deveria, em conformidade com o Missal Romano, ter como património, em condições e limpeza, ornamentos de diversas cores (C.S., L.4, T.3, Cl). Cores que, variando com as festas e momentos do tempo comum, serviam de sinal que marcava a solenidade do tempo: branco, vermelho, verde, roxo e preto. E a Constituição prossegue enumerando as peças

necessárias, não deixando de ter em conta as possíveis dificuldades financeiras e económicas de algumas igrejas. Por isso estabelece os mínimos obrigatórios em matéria de ornamentos:

Pontifical, vestimenta, dalmática, ornamentos inteiros, frontais, pluviais ou capas, panos de púlpito e de estante em todas as cinco cores feitos de tela, brocado, seda ou coisa semelhante. Bolsas de corporais; véus das ditas cores em seda, chamelote ou semelhante.

Nas igrejas paroquiais deveria haver pelo menos um ornamento inteiro de cada cor, um pluvial ou capa e as mais vestimentas e frontais necessários. Quando for difícil ter ornamentos inteiros de cada cor pode optar-se por uma técnica de mistura de cores, de forma a que um mesmo ornamento sirva em tempos diferentes: "poderàõ, os que se fizerem, ter sanefas de outra seda, ou cor, com que em algum modo fiquem accõmodadas a servir em diversas festas, e tempos" (C.S., L.4, T.3, Cl). Para os ofícios de defuntos e para o tempo do Advento e Quaresma há pelo menos que ter uma capa roxa. Se a pobreza for tão declarada que nem haja um ornamento completo exige-se uma vestimenta e estola e manipulo, frontal e pluvial ou capa de cada cor. Os visitadores devem suprir as faltas. As alvas, amitos, cordões, palas, corporais e sanguinhos necessários deverão ser fabricados em linho sem lavores e guarnições.

Os materiais de fabrico, as cores e as ornamentações têm significado e são significantes. As normas estabelecem, pois, para cada igreja o essencial. Procurando nos inventários das peças existentes nas igrejas a coincidência ou não com as normas parece ser possível assegurar que pelo menos em termos de elementos materiais necessários para a transmissão do significado, assim como para a catequese do gesto e cor estariam criadas as condições:

A quantidade de peças entre os paramentos de que os sacerdotes se deviam revestir para as funções litúrgicas (na totalidade, desde as prescritas para o ofício divino sacrificial e sacramental até ao laudativo) é diminuta: 218 em nove paróquias (Quadro 2.). E este total é composto, em alguns casos, em que se fez mais de um inventário, por peças que provavelmente transitam de um inventário para o outro, mas que não é possível identificar com toda a certeza como sendo repetições, já que o documento não é neste aspecto conclusivo. Se se cumprisse o preceituado teriam de existir todos os elementos que compõem o ornamento inteiro: sobrepeliz, amito, alva, cordão, manipulo, estola, vestimenta (casula) nas cinco cores, nos nove casos. E ainda um pluvial ou capa das diferentes cores. Tal equivale a 360 peças. No caso de grandes dificuldades económicas, quando se permite que as peças de cor branca, como os amitos, alvas, cordões e sobrepelizes, sejam comuns a todos os ornamentos, deveria ser possível contabilizar um mínimo de 216 peças. Como se torna claro, as paróquias do Porto não investem demasiado em paramentaria. Será importante frisar que algumas peças são pertença das confrarias sediadas nas paróquias, como acontece em Lordelo, por exemplo, em que a vestimenta branca, cor própria do Santíssimo Sacramento e obrigatória para a comunhão dos enfermos, é património da confraria do S.S.. A igreja paroquial não usa senão esta.

Na descrição das peças os elementos tradutores do estado e qualidade são bem conclusivos sobre a atenção e preocupação com o vestuário litúrgico (cf. Quadro3.). Se bem que só sobre cerca de 40% do material haja indicações sobre o seu estado de conservação, é sintomático que mais de 50% das peças se encontrem em estado deteriorado. Tal situação reforça a ideia dos pequenos investimentos que as paróquias podiam fazer ou queriam fazer nestes domínios. Os silêncios relativos a este aspecto, respeitantes à maioria dos casos, não permitem

fazer inferências seguras em qualquer sentido. A regra será a de não mencionar as situações intermédias e de só chamar a atenção para os casos extremos?

Quadro 2 - Vestuário litúrgico nas igrejas paroquiais do Porto

	Cedo-	Vitória	Sto.	Campa	Para-	Nevo-	Foz	Lordelo	Ramal-	Total
	feita		Ildef	nhã	nhos	gilde			de	
Alva	6	2	3	5	6	3	3	5	8	41
Amito	4	3	0	0	7	0	1	3	14	32
Capa	4	2	1	0	0	0	0	0	0	7
Capa asperges	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
Capa pluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Cordão	6	0	3	5	5	0	1	3	7	30
Dalmática	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Estola	0	2	0	0	0	0	0	1	12	15
Manipulo	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11
Sobrepeliz	2	0	0	1	4	0	0	1	1	9
Vestimenta	4	6+v	5	10	11	4	5	8	13	60+
Véu ombros	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
Total	27	15+	12	23	33	7	10	21	70	218+

Fonte: ver quadro 1. v = varios/as

Quadro 3 - Estado de conservação do vestuário litúrgico

	Cedo-	Vitória	Sto.	Campa	Para-	Nevo-	Foz	Lordelo	Ramal-	Total
	feita		Ildef	nhã	nhos	gilde			de	
Novo	2		3	11	4			8		28
Perfeito					2	2				4
Usado			2	3	1			10		16
Bem usado			3	1						4
Acabado						2				2
Velho			4	1	16		1	3	1	26
Muito velho							1	1		2
Remendado				1					2	3
		1	1					1		

Fonte: ver quadro 1.

Mesmo quando os responsáveis pela situação material da igreja, como é o caso dos que usufruem do direito de apresentação, não esquecem os seus deveres e oferecem regularmente elementos necessários ao culto, muitas vezes fazem-no reutilizando peças. Assim em Sto. Ildefonso, nos inventários de 1638 e 39 entre os atributos de uma vestimenta de chameiote roxo aponta-se o facto de ser bem usada, mas já doada nesse estado pela Sé (ADP, SRC, Sto. Ildefonso, MI, fl.2). Em parte, a razão de ser destes reaproveitamentos das peças

explica-se não só pelo valor de muitos dos materiais utilizados, mas também pelas normas estritas constantes dos *cerimoniais* e literatura afim, que impunham directrizes claras sobre a impossibilidade de utilização posterior para qualquer outro fim de peças do serviço do culto<sup>2</sup>. Quando as peças já não estivessem em condições, não fossem dignas do culto, deveriam ser destruídas por processos de queima ritual. Uma das fórmulas prescritas nos *cerimoniais* é a da queima sobre a pia baptismal e lançando depois água sobre as cinzas de forma a que desapareçam pelo buraco da pia ou o seu enterramento em chão do cemitério {Ceremonial dos sacramentos, 1589 ou Constituições Sinodais, L.4, T.3, C.7).

Os materiais prescritos para os ornamentos como próprios para dizer missa no altarmor são a tela, o brocado, a seda ou "cousa semelhante" e para as missas nos altares laterais "seda ou ao menos chamelote ou cousa semelhante". Alvas, amitos, e cordões devem ser confeccionados "em linho sem lavores ou guarnições" (C.S., L.4, T.3, Cl).

Em 59 peças do vestuário litúrgico (vestimentas, dalmáticas, capas, estolas e manípulos) há descrição dos tecidos. Avulta o chamelote e o damasco com 17 e 21 referências respectivamente. A lista compõe-se de tafetá (4 menções), cetim (4), veludo (3) seda (2), e lã, sarja francesa, damasquilho, brocado, guarajante, droga e violante todos solitariamente com uma única menção. Ou seja, a omnipresença da seda, tecida de variadas formas, com teias de tecitura mais fina e tapada como no caso dos tafetás, mais lustrosa como nos cetins, e trabalhada com desenhos acetinados em fundo não brilhante como nos damascos. Há uma só referência a uma cópia da seda adamascada, um damasco de lã de uma estola. E o chamelote, que é uma escolha de segunda no discurso normativo ("ou ao menos chamelote" e nunca para os ofícios do altar-mor), tem um lugar bem destacado. As alvas, amitos, e cordões são referenciadas como sendo de linho ou de bom linho, estando pois em conformidade com as Constituições. Mas, em alguns poucos casos, ultrapassa-se o significado bíblico dos vestidos de linho das profecias (Daniel, 7, 9) e o linho continua a ser linho (da terra), é certo, mas lavrado com lavor da Flandres, por exemplo, ou linho adamascado.

Quanto aos paramentos do altar, frontais, cortinas do sacrário, véus de cálice, palas, panos de púlpito ou estante eles são definidos nas mesmas Constituições conforme os restantes ornamentos de paramentos de altar-mor e altar colateral. Para 106 casos há descrição de materiais empregues. Os tafetás surgem 38 vezes mencionados, seguidos pelos chamelotes (20) e damascos (18). Mais de metade das menções de tafetás dizem respeito aos véus. Os chamelotes e damascos são essencialmente utilizados nos frontais de altar. Os sobrecéus, tão utilizados em épocas anteriores, estão claramente em desuso. E a peça mais destacada é sem dúvida o frontal, que só em dois casos se liga ainda a uma prática anterior de fabrico em couro (guadamecil), mas com cor (dourado). A par destes, o bocaxim (7 menções), a seda (6), o linho (5) e a ligatura (4). O linho aparece ligado às cortinas do sacrário ou depósito. As combinações, previstas nas normas como uma forma de multiplicar as possibilidades de

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Em 1687 confirmam-se estes preceitos: "por quanto as cousas dedicadas ao divino culto não podem mais servir em uzos profanos" devem destruir-se se achadas como impossíveis de se comporem ou reformarem. No caso de ainda poderem ter qualquer utilidade devem ser oferecidas a qualquer ermida pobre (C.S., L4, T. 3, C.7).

sublinhar os conteúdos dos tempos e festas litúrgicas através das diferentes cores quando o número de peças é limitado, leva à utilização de tecidos variados: as "sanefas" dos textos sinodais, nos inventários as mais das vezes referidas como "sabastros" ou "sabastos" ou ainda "asabastrados", não só são de outra cor, mas também de outro tecido. Uma das explicações reside sem dúvida no âmbito das técnicas correntes na altura nos processos de tingimento, e os preços dos próprios tintos. Nem todos os corantes se adaptam perfeitamente à diferente urdidura e matéria dos tecidos. Por outro lado é expediente comum nas peças do vestuário profano, conforme se lê, por exemplo, nas pragmáticas sobre o vestuário (entre outros, o texto legislativo de 1609, Andrade e Silva, 1854, vol.1, pp. 275-281).

Os materiais ajudam a fazer convergir as atenções, pelo facto de se destacarem dos tecidos banais e quotidianos da massa dos fiéis. O sentido ritual que também os objectos manipulados manifestam em conjunto com a palavra proferida e os gestos feitos, permanece evidentemente no domínio do implícito - de outra forma trairia o seu carácter ritual -, mas ultrapassa o sistema de ideias com que está conotado e imbrinca-se no sentido mais geral da sociedade, que utiliza o luxo, o exótico e não banal para destacar alguns de forma consequente e contínua. O privilégio da utilização de determinados materiais, só permitido a um grupo restrito da sociedade, fundamentado em questões que em muito ultrapassam os custos económicos, surge mais uma vez aos olhos daqueles que ficam de fora. E a conotação entre os dois mundos, o do sagrado e o do profano (dos privilegiados), tem aqui mais um terreno de desenvolvimento. Os membros da igreja paroquial com funções de oficiar o culto e com responsabilidades e poderes relativos à administração dos aspectos mais essenciais e fulcrais da fé professada pela comunidade de crentes, são deste modo, mais uma vez destacados dos restantes. E o hábito, ao implicar uma escolha alicercada em argumentos que lhe devem conferir um sentido e que devem ser um apelo à reflexão, pode ter exactamente a função de ruptura. Ao apelar às faculdades de conhecimento, sentimento e emoção dos crentes também através da indumentária dos sacerdotes durante a realização de momentos chave, como a celebração da missa e dos sacramentos, utiliza ingredientes que não são estranhos à sociedade portuguesa de então, mas que se encontram claramente ligados a outros sistemas de ideias. O que pode permitir a apropriação por parte do topo da sociedade dos efeitos de ruptura, que se pretendem eficazes em outros sentidos e âmbitos. A necessidade de fazer chamar a atenção dos fiéis -, de "abrir os ouvidos através dos olhos, de fazer ouvir a palavra de outro modo" (Dic. Spiritualité, 1975) - de que os paramentos são um instrumento litúrgico, pode ser desviada para a palavra profana. E permitir associações, que por restarem no domínio do implícito, mas em contexto em que se quebraram as regras de interpretação se podem tornar subversoras.

A já muito antiga linguagem das cinco cores, o branco, o vermelho, o verde, o preto e o roxo, fixada na liturgia desde o séc. XII (Coelho, 1941), é ampliada através do recurso a novas cores, não evidentemente na parte principal das peças, mas no artifício de utilização de forros, rendas e franjas. O amarelo sobressai como elemento combinatório, mas também o azul marca um lugar. Do Quadro 4. ressalta, de imediato, o aspecto estranho de a cor verde apresentar a mais baixa frequência. O verde é a cor do tempo comum e esperar-se-ia um número maior de paramentos, quer os próprios do altar, quer os das vestes.

Quadro 4 - Frequência das cores dos paramentos

	Branco	Vermelho	Verde	Roxo	Preto	Total
Paramentos altar*	30	19	9	18	15	91
Vestuário litúrgico	20	14	6	8	9	57
Total	50	33	15	26	24	148

Fonte: ver quadro 1. \*= conforme definidos nas Constituições (ver texto).

O preto aparece essencialmente ligado a ofícios de defuntos e cerimónias da Semana Santa, se bem que a cor prescrita nas Constituições para os ofícios de defuntos seja o roxo (C.S., L.4, T.3, Cl). As cores e a sua frequência podem talvez revelar algumas das prioridades que enformam os esforços doutrinais e pastorais. A insistência no branco a par da insistência que se vive na época em torno de todos os momentos que possam sublinhar as verdades da fé relativas ao mistério da eucaristia: a adoração do Santíssimo Sacramento, promovida em horas próprias, estabelecendo roteiros das igrejas onde se fazia adoração, que no século XVIII culmina no orgulho dos lausperenes<sup>3</sup>, o fulgor da procissão do Corpo de Deus, as passagens mais quotidianas, mas talvez por isso mais imediatas em termos de atenção que fazem recair sobre a questão, do Viático, a própria difusão do sacrário e o seu lugar de trono nas igrejas (Martins, E, 1991), e o papel central das confrarias do Santíssimo.

O roxo obrigatório na Quaresma e Advento é entendido essencialmente no sentido penitenciai restrito e é mais um elemento a sublinhar todas as prelecções em torno do pecado, dos diferentes tipos de pecado e sua gravidade e da necessidade da confissão e contrição.

Pela desproporção entre os paramentos de tempos especiais, muitos de festa, e os do tempo comum, poder-se-ia ser levado a pensar que se tratava de uma igreja pouco ligada ao tempo quotidiano e mais preocupada em realçar o diferente. A importância das diferentes cores é realçada pelo facto de todos os outros elementos necessários para as celebrações, como as "toalhas para os altares, toalhas para a comunhão, toalhas para os santos óleos, panos para os padres limparem as mãos na missa, palas, corporais, sanguinhos", serem brancos (CS., L.4, T.3, Cl).

A variação nos montantes de corporais, indispensáveis para colocar a hóstia, a píxide e o cálice durante a celebração, por cima da toalha do altar, e nomeados nos inventários grande parte das vezes como "mesa de corporais", só se explica provavelmente pela banalidade de tais artigos. Apesar de serem obrigatórios e como tal mencionados nas Constituições, eles pertencem de tal modo ao quotidiano, que os inventariantes, por considerarem a sua existência um pressuposto sem o qual não se realizaria o culto, não os nomeiam por vezes. O material empregue, de linho muito fino ou de holanda, e as exigências de simplicidade também não os tornam dignos de atenção. O mesmo parece ser o caso dos panos para enxugar o cálice, os sanguinhos. Todas as indicações relativas ao ritual que descrevem os momentos

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Entre outros, Rebelo da Costa (1945) utiliza isto como um indicador da grandeza da cidade.

Quadro 5 - Frequência dos panos de altar

	Cedo-	Vitória	Sto.	Campa	Para-	Nevo-	Foz	Lorde-	Ramal-	Total
	feita		Ildef	nhã	nhos	gilde		lo	de	
Bolsa corporais	5	0	1	2	2	0	0	0	5	15
Corporal	16	0	lm	7m	8m	4m	lm	3m	7m	16+
Sanguinho	22	0	0	16	7+a	0	0	6	19	63+
Toalha	0	0	0	2	0	0	3	1	1	7
Toalha altar	0	0	0	3	0	0	4+a	5	2	10+
Toalha altar-mor	2	2	2	2	8	5	0	0	4	25
Toalha comunhão	0	0	0	2	3	1	0	2	4	12
Toalha credencia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Toalha lavatório	2	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Toalha mãos	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Toalha santos óleos	0	0	1	2	1	1	0	0	1	6
Toalha S.S.	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Fonte: ver quadro 1. a= alguns/algumas; m= mesa

anteriores à consagração e as normas de realizar os gestos rituais<sup>4</sup>, inseridas em obras que a tal matéria se dedicam, como os Cerimoniais, os Rituais e os Tratados para resolver dúvidas quanto ao ofício da missa, sublinham a fonnalidade rigorosa e excessiva da refonna tridentina em torno do mistério da consagração. Em termos de elementos visíveis para a realização do memorial da última ceia, adquirem importância extraordinária as normas relativas ao manuseamento de sanguinhos e corporais. Estipulando-se mesmo como devem ser lavados e com que frequência.

O número de toalhas de altar chega só para cumprir o preceituado: o pano que cobre o altar deve ser coberto por duas toalhas de linho. Com maior importância do que as toalhas de mãos ou de lavabo aparecem referidas as toalhas dos santos óleos, assim como as toalhas de comunhão. Esta atenção diferenciada a elementos de uso obrigatório parece revelar, mais uma vez, por um lado a banalidade de uns e, por outro, a importância que em termos de uma pastoral catequética se faz sentir na altura: as toalhas dos santos óleos aparecem sempre no contexto da enumeração dos artefactos ligados aos óleos dos enfermos, portanto, da importância conferida ao sacramento da extrema-unção. As toalhas de comunhão medem, em geral, 4 varas de comprimento para permitirem a distribuição da comunhão junto "às grades do cruzeiro da igreja ou no pavimento debaixo dos degraus da capela", como se de uma mesa móvel se tratasse, e são dos panos mais longos da paramentaria. "A toalha que será limpa e de bom pano, que tome de hua parte a outra a capela ou cruzeiro" (C.S., L.I, T.5, C.7). Muitas

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Nestes textos apontam-se possíveis ocorrências (algumas com foros de histeria) em torno da consagração, como no caso do sacerdote não se encontrar em boas condições físicas e ter comportamentos menos dignificantes. A comunhão do sacerdote sob as duas espécies é um segundo centro destas atenções e dos possíveis probiemas que se podiam pôr. Tais como o que se devia fazer e até que ponto era um acto dessacralizante o facto do sacerdote poder engasgar-se ou até vomitar.

das vezes são descritos como "toalha da comunhão dos fregueses"<sup>5</sup>. Os cuidados postos na forma de distribuir a comunhão, do levar o Viático aos doentes são alguns dos aspectos que a pastoral do sacramento da eucaristia, do Santíssimo Sacramento do Altar, impõe. Assim como toda a festa da primeira comunhão e da importância do acto de comungar, que levará cada vez mais à situação paradoxal de a Igreja insistir na frequência da comunhão (Cerimonial, 1589, f.20 e ss.; Souza, 1690; Soares, 1997, p. 542) e de legislar e controlar rigorosamente a comunhão anual, a desobriga.

Não há quase referências aos panos de estante e de púlpito (cf. Quadro 9), apesar da obrigatoriedade, apesar do uso de proclamações e interpretações da palavra motivadas pelos mais diversos acontecimentos, apesar da prática maciça da parenética. Os próprios ambões e estantes são escassamente referidos.

As palavras a proferir nos ritos sofreram ao longo do século XVI nova reformulação, que passou por alguns momentos mais marcantes: do *Breviário Romano* encomendado por Clemente VII a Francisco Quinonez, publicado em 1535 e abolido em 1558, passando pela reforma de Pio V em 1568/70<sup>6</sup>, a criação da *Congregação dos Ritos* em 1588, o novo *Martirológio* de 1584, até ao *Pontifical Romano* de 1596, ao *Cerimonial Episcopal* de 1600 e ao *Ritual* de 1614 (Coelho, 1941).

A uniformização da liturgia, imposta através da adopção da liturgia da cúria romana pelas igrejas locais e a concretização da pastoral dos sacramentos, materializadas no novo Missal e no Ritual, surgem como as duas características mais marcantes destas reformas. Nas igrejas do Porto há referências a estas mudanças, até na fórmula distintiva de "missal velho" ou "missal novo", em alguns casos mais rigorosamente indicado como "missal romano".

Como se torna claro do Quadro 6. as nove freguesias estão munidas destes elementos mas em números limitados, 20 Cerimoniais, Manuais ou Ritual de sacramentos e 24 Missais. Como em alguns casos estes dados correspondem a mais de um inventário e não é possível verificar se os livros nomeados num segundo momento são os anteriormente indicados, é possível que a situação das paróquias de Paranhos, Lordelo e Ramalde, onde a fonte permite atestar mais de um exemplar de manuais de sacramentos, seja a excepcional. Era obrigatório um exemplar e as freguesias limitavam-se às normas. Em Cedofeita não se dá notícia de qualquer ritual dos sacramentos. Situação estranha, tendo em conta a comunidade de clérigos responsável pela paróquia, o cabido da Colegiada, obrigado, por estatuto, a funções específicas no âmbito da liturgia. Os "livros de cantar", em número de quatro, são sinal dessa actividade. Mas comunidades de outro tipo como Paranhos e Ramalde, sem obrigação de coro, também indicam entre os livros litúrgicos os Enchiridon de cantar. As Constituições impõem para além do Ritual, o Missal, o Catecismo e o Gradual das missas dos domingos, festas e defuntos. Nos casos da existência de coro o Breviário Grande, o Antifonário e o Martirológio. Como se nota, não há, para a maioria dos casos, nos inventários, qualquer referência a outros livros para além dos rituais, catecismos e missais. O facto de na Foz não haver

Em Braga, as toalhas para a comunhão medem em geral 6 varas e o seu uso e vulgarização é atestado pelo menos desde 1548, conforme consta de várias visitações (Soares, 1997).

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> O Missal de Pio V será reformulado por Clemente VIII, Urbano VIII e Leão XIII.

Quadro 6 - Livros nas igrejas paroquiais do Porto

	Cedo-	Vitória	Sto.	Campa	Para-	Nevo-	Foz	rde-lo	Ramal-	Total
	feita		Ildef	nhã	nhos	gilde			de	
Bula confraria	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Catecismo	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Catecismo Bracarense	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Cerim. Sacramentos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Constituições	0	0	0	0	1	1	0	2	1	5
Enchiridon	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Enchiridon corte	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Enchiridon canto	0	0	0	0	0	1	0	2	1	4
Livro assentos	0	0	0	1	1	1	0	1	0	4"
Livro cantar	4	0	0	0	0	0	0	0	1	5
Livro estatutos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Livro receita/despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Livro visitações	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Manual	0	1	1	1	0	1	1	0	3	8
Manual Romano	0	0	0	0	3	0	0	0	2	5
Manual Sacramentos	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Manual Sacr. Coimbra	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Missal	0	0	0	0	4	0	0	4	2	10
Missal Velho	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Missal Novo	3	2	1	2	0	0	0	0	0	8
Missal Romano	0	0	0	0	1	1	0	0	2	4
Ritual	0	0	0	0	1	0.	0	0	2	3
Sacra	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	9	3	2	7	16	5	1	13	14	74

Fonte: ver quadro 1.

indicação de missal algum, quer dos "reformados ou romanos", quer dos "velhos", talvez se explique em função dos espaços inventariados: as ermidas e capelas da freguesia, sem funções de igreja matriz. Os missais impõem-se em termos quantitativos, ligeiramente, aos manuais de sacramento. E a sua distribuição é mais homogénea. Em Sto. Ildefonso e Nevogilde há um único exemplar. Os plurais das outras freguesias talvez marquem um pouco a importância de que se revestem estes livros. No inventário de Ramalde aponta-se uma outra forma de escrita: a sacra. A existência destes quadros está prevista em todas as igrejas (C.S., L.4, T.3, Cl), permitindo a repetição de certas fórmulas da missa sem recorrer ao missal. A sua ausência nos inventários corresponderá a faltas reais, ou a omissões premeditadas, dada a sua vulgaridade? O inventário também é demasiado lacónico no que diz respeito à forma: a folha impressa estaria colada a uma tábua simplesmente ou já estaria protegida por vidro e encaixilhada?

Três catecismos na totalidade é insignificante<sup>7</sup>. Sobretudo se se atender que uma igreja, Paranhos, apresenta dois. Sendo os dois indicados em duas datas, distantes de quase um século, é possível que se trate do mesmo livro, apesar de um vir referenciado como catecismo bracarense (certamente o de D. Frei Bartolomeu dos Mártires) e o outro simplesmente como catecismo. Esta ausência corresponderá a um desprezo claro e consciente pelas normas sinodais? Será sinal de desleixo dos párocos e visitadores? Ou entendimento de que para a catequese bastavam as exposições que os cerimoniais de sacramentos, a propósito de cada um, introduziam? A segurança de uma doutrina ensinada em termos ortodoxos e de fidelidade a Roma, tanto era garantida pelo catecismo como pelos manuais e rituais, já que as indicações sinodais centravam o ensino em tomo da recitação de algumas orações e da memorização dos mandamentos da lei de Deus, dos preceitos da Igreja, da lista dos pecados mortais, das obras de misericórdia, das bem aventuranças e dos sacramentos.<sup>8</sup> Os sacramentos deviam ser explicados aquando da sua administração. E o ritual era um expediente cómodo para os clérigos que poupavam assim esforços.<sup>9</sup>

Entre os restantes utensílios (cf. Quadro 8.) têm um lugar especial, no que diz respeito à frequência com que são arrolados nas diferentes igrejas, todos os elementos ligados à luz: castiçais, ceriais, tochas, tocheiros, lampadários e lanternas num total de 61 peças (Quadro 7.). Os castiçais, em número de 29, indicados em ligação à celebração da missa só não são mencionados em Sto. Ildefonso. Alguns são feitos em prata, mas a maioria é de latão. O lampadário aparece no contexto do sacrário e a lanterna em torno das saídas do S.S. para "quando o Santíssimo vai fora" ou "quando vai aos enfermos" (por exemplo em ADP, SRC, Ramalde, MI, fl.330). Em alguns casos fala-se também da tocha ou tocheiro em folha da flandres "para quando vai o Senhor fora" (por exemplo ADP, SRC, Campanhã, MI, fl. 103).

A celebração da missa exige um cálice com patena e as galhetas. Nas igrejas portuenses os 17 cálices simples e 11 com patena, apesar das diferenças de tamanho, são, em termos de valor material, das peças mais cotadas. Não há indicação de cálices que não sejam de prata ou de prata dourada. As galhetas, trata-se em geral de pares, com ou sem prato, de estanho na maioria das vezes, equiparam-se quase aos cálices em número e só na freguesia de Vitória não há qualquer menção. As igrejas com Santíssimo eram obrigadas, segundo as Constituições, a ter turíbulo, naveta, custódia, vaso para a comunhão e sacrário (C.S., L.4, T.3, Cl). Só duas igrejas apresentam custódia e também são raros os turíbulos. Os cofres ou cofrinhos do S.S. constam de quase todas as igrejas, normalmente forrados a veludo carmesim<sup>10</sup>.

Na diocese de Braga tanto os inventários como as visitações mostram a frequência e vulgaridade dos cate cismos entre os livros constantes das igrejas paroquiais, mesmo nas rurais (Soares, 1997, pp. 582-586)

Nas Constituições de 1687 indica-se o essencial da forma de ensinar a doutrina. Trata-se de 27 items que, segundo D. João de Sousa, continham o essencial (L. 3, T.6, C.5).

Lemaitre mostra como o mesmo se passou em França ao longo do século XVI e se liga à grande preocu pação de que todos percebam os ritos em que estão envolvidos e as orações que dizem. A fé transmite-se pelo ensino de um catálogo de verdades (Lemaitre, Nicole, 1985).

Nas Constituições de D. João de Souza, na constituição sobre o sacrário explicita-se que dentro do sacrá rio deverá haver um vaso para levar o Senhor aos enfermos e um segundo vaso ou cofre pequeno forrado por dentro e por fora de tela ou cetim branco (L.I, T.5, C.7). Em Braga, a cor é o carmesim em conformi dade com as Constituições de 1630 (Soares, 1997, p. 463). No Porto, a cor deverá também ter sido o carmesim, que D. J. Souza tenta modificar em 1687.

A obrigação de confeccionar as hóstias que recaía sobre o pároco é atestada pelo número de ferros de hóstias presentes nos inventários. Com menor importância quanto à frequência com que constam dos róis, mas denunciando mais uma vez a questão da pastoral dos sacramentos, estão as âmbulas dos santos óleos ou simplesmente os cofrinhos com os óleos: baptismais e dos enfermos. São os últimos que mais vezes são mencionados. Eles são essenciais à administração da unção dos enfermos<sup>11</sup>. E o sacramento da extrema-unção é claramente uma prioridade e preocupação da pastoral dos sacramentos pós-tridentina.

Quadro 7 - Distribuição de utensílios de altar nas igrejas paroquiais do concelho do Porto

Vitória Foz Total Cedo-Campa Para-Nevorde-lo mal-de Sto. Ildef nhã feita nhos gilde Caixa infinninium Caixa santos óleos Caixinha c/ tesouras Cálice Cálice c/ patena Castiçal Ceriais Cofre S.S. Consola p/ hóstias Cruz Custódia Ferros hóstias Galhetas Lampadário Lanterna Naveta Tesoura espevitar Tocha Tocheiro Turíbulo Vaso lavatório Vaso S.S. 

Fonte: ver quadro 1.

Não há qualquer indicação relativa à segurança exigida para os óleos, como a existência de armários ou cofres com fechadura. Nas visitações da diocese de Braga há várias informações relativas ao resguardo dos óleos, sobretudo com o intuito de não poderem ser utilizados indevidamente para práticas de bruxaria (Soares, 1977).

A centralidade do mistério do sacrifício da missa na discussão católico-protestante relegou o sacrifício da cruz para um lugar mais secundário na doutrinação católica. Apesar de à margem dessas disputas, mas por força das disposições conciliares, também às igrejas do Porto chegaram os ecos destas preocupações. O número de cruzes é diminuto e em algumas igrejas nem sequer há menção da cruz no altar. A cruz é obrigatória segundo as constituições para outros ofícios, como o dos defuntos, mas não para a missa.

Nas igrejas do Porto os fiéis são levados a obter uma formação religiosa que lhes deverá servir de orientação para a vida da fé, segundo o estipulado pela igreja de Roma, também através da liturgia. Para isso as igrejas adquirem e mantêm o considerado essencial ao culto em quantitativos próximos do que está estabelecido como regra. Não deixa de ser sintomático que parte desses investimentos se facam pelos leigos nas suas associações próprias. O quadro geral parece ser ode uma relativa pobreza, não só nos quantitativos reduzidos, como também na qualidade. Onde estão os paramentos sumptuosos trabalhados a seda, pesados pelo fio de ouro e prata usado, historiados de aljôfar, com franjas de ouro que hoje fazem parte dos espólios de alguns museus de arte sacra? Nos cabidos, e sés sem dúvida, como se lê nos inventários da Sé do Porto (MIBPMP, 1984, pp. 18-19). Mas é de notar que esta pobreza é relativa. Já não se mencionam, por exemplo, casulas de linho e lã, produtos da terra, tradicionais. Mesmo simples, e reutilizados em alguns casos, não há dúvida que estes materiais apelam ao reconhecimento do raro, do estranho nas experiências da maioria dos fiéis. Mas é também sintoma da aplicação das novas formas de pastoral e sinal dos conteúdos doutrinais a que se dá relevo durante este período um pouco por toda a Europa Católica. Mesmo se as grandes dúvidas da fé não se tinham sequer instalado e muito menos feito mártires, a catalogação das verdades e os instrumentos da sua veiculação promoveram cultos e participações dos fiéis em torno de alguns sacramentos, de que se destaca o da eucaristia. O encontro pessoal dos homens com Deus não parece ter nestas igrejas muito espaço. A fórmula de ensinar a fé repousa em grande parte nas visões do sagrado que, para se tornar mais evidente, se reveste de tudo o que possa atrair e fixar a atenção. A dignidade que se pretende envolva as relações dos fiéis com Deus materializa-se nos códigos que em outros contextos da sociedade eram usados com êxito: os tecidos luxuosos, os metais preciosos, a profusão da luz, os instrumentos escritos, a língua erudita. Aliam-se a estas circunstâncias as ligações entre o trono e o altar, a adopção de tantos elementos do domínio do religioso pela coroa e corte, e por essa via também por outras esferas sociais e políticas. Desta aliança podem surgir equívocos que, no campo da dita educação da fé, deturpam todas as verdades que após Trento se pretendiam claras e de aprendizagem fácil, porque sistematizadas.

### Referências bibliográficas

- Andrade e Silva, José Justino de, *Collecção chronologica da legislação portugueza* compilada e anotada por, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854 .
- Ceremonial dos sacramentos da Sancta Madre Igreja de Roma conforme ao catechismo romano por mandado de D. Miguel de Castro, Arcebispo de Lisboa, Impresso por António Alvarez, impressor de livros em Lisboa, 1589.
- Coelho, António, *Curso de liturgia romana*, 2 tomos, Mosteiro de Singeverga, Negrelos, 1941 (nova ed.). *Dictionnaire de Spiritualité ascétique et mystique doe trine et histoire*, Beauchesme, Paris, 1975, 13 vols. (entradas: liturgie, ri te, habit).
- Uencadrement religieux des fidéles au Moyen-Age et jusquau Concile de Trente. Actes du 109e Congrés National des Sociétés Savantes, Dijon, 1984, C.T.H.S., Paris, 1985.
- Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2? série, *Inventário do ouro, prata, ornamentos e de todas as mais cousas que ao presente foram achadas nesta see do Porto* (...), BPMP, Porto, 1984.
- Martins, Fausto, "Trono eucarístico do retábulo barroco português: origem, função, forma e simbolismo" in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco, Reitoria Universidade do Porto*, Porto, 1991,11 vol., pp. 17-58.
- Soares, António Franquelim Neiva, A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitações pastorais (1500-1700), ed. do autor, Braga, 1997.
- Sousa, D. João de, Constituições Sinodais do Bispado do Porto de 1687, lt ed., Porto, 1690.

#### **Fontes**

A.D.P., S.R.C., Campanhã Ml, Cedofeita Ml, Foz Ml, Lordelo Ml, Nevogilde Ml, Paranhos Ml, Ramalde Ml, Sto. Ildefonso Ml, Vitória Ml.

Quadro 8 - Distribuição de utensílios de altar nas igrejas paroquiais do Porto

	Cedo-	Vitória	Sto.	Campa	Para-	Nevo-	Foz	rde-lo	mal-de	Total
	feita		Ildef	nhã	nhos	gilde				
Ambão	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Anjo de altar	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Arca	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Arquibanco	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Bacia	0	0	0	0	1	0	0	2	2	5
Bancos	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Boceta	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Bolsa de cheiro	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Cadeira	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Caixa	0	0	0	3	1	0	0	0	2	6
Caixa infirminium	0	0	1	1	1	0	0	0	1	4
Caixa santos óleos	0	0	1	1	1	0	0	2	2	7
Caixão ornamentos	0	0	0	0	1	0	0	1	2	4
Caixinha c/ tesouras	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Caldeira	2	1	0	1	0	1	0	1	1	7
Cálice	1	6	2	1	0	0	0	4	3	17
Cálice c/ patena	4	0	0	1	2	1	3	0	0	11
Campainha	2	0	0	2	0	0	0	1	0	5
Castiçal	4	0	0	0	4	2	5	12	2	29
Chaves	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Ceriais	2	0	0	0	0	2	0	0	0	4
Cofre S.S.	1	0	0	3	1	1	0	1	1	8
Colher brasas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Consola p/ hóstias	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Contas	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Coroa	0	1	0	0	0	0	7	0	1	9
Cruz	2	4	0	0	0	1	0	3	5	15
Custódia	0	3	0	0	0	0	0	0	1	4
Escabelo	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Estante	0	0	0	1	0	0	0	1	2	4
Esteira	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Ferros hóstias	1	0	1	1	1	1	0	1	2	8
Galhetas	3	0	1	6	3	2	2	5	3	25
Grades capela-mor	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Guião	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Lampadário	0	0	0	0	0	0	6	0	1	7
Lanterna	0	0	0	4	2	1	0	0	3	10
Lavatório	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2

	Cedo-	Vitória	Sto.	Campa	Para-	Nevo-	Foz	Lorde-	mal-de	Total
	feita		Ildef	nhã	nhos	gilde		lo		
Menino Jesus	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Mesa	0	2	0	0	0	0	0	0	2	4
Naveta	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Passo paixão	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Pau cruz	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Pé círio pascal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Prato ofertas	0	0	0	0	1	1	0	0	1	3
Relicário	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Resplendor	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Retábulo	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Rosário contas	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Talha azeite	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Tesoura espevitar	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Tocha	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Tocheiro	0	4	0	0	0	0	0	0	3	7
Tumba	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Turíbulo	í	i	0	1	1	1	0	0	1	6
Vara pálio	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Vaso S.S.	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Vaso lavatório	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
Total	23	32	6	40	24	15	25	42	57	264

Fonte: ver quadro 1.

Quadro 9 - Distribuição de paramentaria nas igrejas paroquiais do Porto

	Cedo-	Vitória	Sto.	Campa	Para-	Nevo-	Foz	Lorde-	Ramal-	Total
	feita		Ildef	nhã	nhos	gilde		lo	de	
Alva	6	2	3	5	6	3	3	5	8	41
A mito	4	3	0	0	7	0	1	3	14	32
Bandeira	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Bolsa	0	0	0	1		0	0	0	0	1
Bolsa corporais	5	0	1	2	2	0	0	0	5	15
Capa	4	2	1	0	0	0	0	0	0	7
Capa asperges	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
Capa pluvial	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Casula p/hóstias	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Cordão	6	0	3	5	5	0	1	3	7	30
Corporal	16	0	lm	7m	8m	lmesa	lm	3m	7m	16+m
Cortinas sacrário	1	1	0	2	1	1	0	3	0	9
Cortina retábulo	0	0	0	0	2	1	0	0	0	3
Cortina c/sobrecéu	0	0	0	0	0	0	3	3	2	8
	1	1		1	ı	1		1		

	Cedo-	Vitória	Sto.	Campa	Para-	Nevo-	Foz	Lorde-	mal-de	Total
Cortina arco	feita 0	0	Ildef 0	nhã 0	nhos 0	gilde 0	1	lo 0	0	1
Dalmática	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Estola	0	2	0	0	0	0	0	1	12	15
Fita	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Frontal	8	2	1	7	9	. 4	5	21	15	72
Frontal colateral	2	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Guarda	10	0	0	7	2	0	0	0	0	19
Guião	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Hábito	0	8	0	0	0	0	0	0	6	14
Lenço	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Manga cruz	2	0	0	0	0	1	0	1	3	7
_		-					-			
Manipulo	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11
Manto imagem	0	0	0	0	0	6	6	0	2	14
Opa	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
Opa imagem	0	0	0	0	0	0	10	0	3	13
Pálio	0	1	0	0	0	0	0	0	3	4
Pano	0	0	0	0	3	0	0	3	11	17
Pano estante	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Pano paixão	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Pano púlpito	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Pavilhão	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Sanefa	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Sanguinho	22	0	0	16	7+a	0	0	6	19	63+
Sobrecéu altar	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Sobrepeliz	2	0	0	1	4	0	0	1	1	9
Toalha	0	0	0	2	0	0	3	1	1	7
Toalha altar	0	0	0	3	0	0	4+a	5	2	10+
Toalha altar-mor	2	2	2	2	8	5	0	0	4	25
Toalha comunhão	0	0	0	2	3	1	0	2	4	12
Toalha credencia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Toalha lavatório	2	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Toalha mãos	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Toalha s. óleos	0	0	1	2	1	1	0	0	1	6
Toalha S.S.	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Vestimenta	4	6+v	5	10	11	4	5	8	13	60+
Vestimenta imagem	0	0	0	0	0	0	2	0	2	4
Véu	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Véu cálice	13	0	0	7	5	0	0	4	7	36
Véu custódia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Véu cruz	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Véu ombros	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
Véu sacrário	0	0	0	0	1	0	0	2	2	5
Total	115	23+v	17	78	74+v	29	41+v	73	180	630+

Fonte: ver quadro 1. a= alguns/algumas; m= mesa; v = vários.